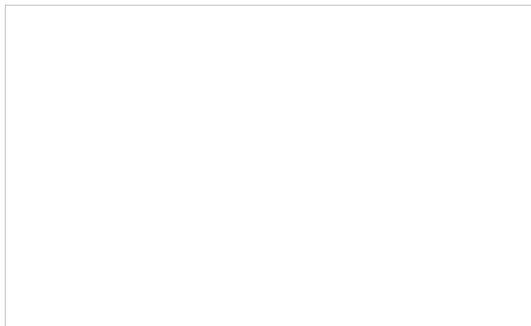




27/06/2016 14:01 - Regularização fundiária da Vila São João é debatida em audiência pública

Foto: Ana Célia/Decom ALE-RO/Reprodução



O deputado Jesuíno Boabaid (PMN) realizou na manhã desta segunda-feira (27) audiência pública no Plenário da Assembleia Legislativa para discutir a regularização fundiária da Vila São João, localizada em Porto Velho, à margem esquerda do rio Madeira.

Segundo o parlamentar, os moradores estão temerosos em ter de deixar suas propriedades e perder o investimento já realizado na área, tendo em vista terem aparecido três pessoas que se julgam proprietárias do terreno.

“Desta forma, a discussão é para se encontrar meios e definir que providências poderão ser tomadas para prestar assistência aos moradores da comunidade”,

declarou Jesuíno.

O advogado da Comunidade Vila de São João, Antônio Rerison, relatou o histórico do terreno, afirmando que a situação precisa ser levada ao Judiciário para que a Justiça tome ciência e se posicione a respeito. Reafirmou que ninguém invadiu nada. “Todos os moradores entraram lá de forma legítima. Não será por uma ação de forma fraudulenta que estes moradores sairão do local”, acrescentou.

A presidente da Associação Vila de São João, Francisca de Queiroz, agradeceu a colaboração do deputado Jesuíno e informou que a comunidade já está com processo aberto e busca melhorias.

O delegado agrário da Polícia Civil, Mário Jorge, afirmou que não há conflito criminal na área. Disse que a delegacia pode realizar a mediação entre as partes para o bem comum, evitando conflitos futuros.

O adjunto da Secretaria Municipal de Regularização Fundiária, Fabrício Bensiman, disse constar na prefeitura que a área pertence à União. Mas ressaltou que isso pode estar errado, pois na capital há muitas divergências e para isso é preciso fazer um confrontamento de matrículas.

O superintendente do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Brito do Incra, afirmou se tratar de uma área particular. “O instituto já fez o reconhecimento da área para a família”, destacou.

Além da demanda judicial, a prefeitura tem de expandir o limite urbano da cidade para atender a comunidade com infraestrutura como asfalto e demais benefícios.

A moradora Débora Silva disse que seu pai foi o primeiro morador, e que chegou a área através do senhor Nelson Rezende, que doou o terreno em 1992, e que pagam energia desde 2009.

Fonte: ALE/RO